

O Candeeiro como lugar da fala dos agricultores: uma discussão a partir dos saberes populares da comunidade Purão¹

O Candeeiro as a place for the farmers' speech: a discussion from the popular knowledge of the Purão community

■ Rosa da Conceição Nascimento, Catarina Tereza Farias de Oliveira

Universidade Federal do Ceará (Brasil), Universidade Estadual do Ceará (Brasil)

Fecha de recepción: 06 de febrero de 2017
Fecha de aceptación: 04 de xullo de 2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.15304/ricd.2.6.3917>

NOTAS BIOGRÁFICAS

Rosa Nascimento é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável. Membro do Grupo de Pesquisa Mídia, Cultura e Política. Bolsista da CAPES.

Contacto: rosa.ugt.obas@gmail.com

Catarina Oliveira é professora adjunta XI da Universidade Estadual do Ceará e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da UFC, na linha de pesquisa Mídia e Práticas Sócio-Culturais.

Contacto: catarinaoliveira30@gmail.com

Resumo

Este artigo se propõe a analisar *O Candeeiro*, um boletim impresso do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), como lugar de fala de agricultores e agricultoras familiares, a partir dos saberes populares da comunidade Purão, no município de Trairi, no Ceará — Brasil, bem como da discussão teórica dos autores Barbalho, Oliveira, Peruzzo, Sodré e Spivak, sobre a possibilidade de fala das minorias. Como metodologia optou-se pela pesquisa bibliográfica, que compreende as questões levantadas a partir do conhecimento prévio daquilo que já existe sobre o assunto (Gerhardt e Silveira 2009). Também foram realizadas entrevistas, com a intenção de obter informação acerca do objeto de pesquisa (Minayo, 2011).

Abstract

This article proposes to analyze *O Candeeiro*, a printed bulletin of the One Earth and Two Waters Program (P1 + 2), of the Brazilian Semiarid Articulation (ASA), as a place for talking about family farmers, based on the popular knowledge of the community Purão, in the municipality of Trairi, Ceará — Brazil, as well as the theoretical discussion of the authors Barbalho, Oliveira, Peruzzo, Sodré and Spivak.

¹ Trabalho apresentado à disciplina Epistemologias do Sul: Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal do Ceará

vak, on the possibility of minority speech. As a methodology, we opted for the bibliographic research, which includes the questions raised from previous knowledge of what already exists on the subject (Gerhardt and Silveira 2009). Interviews were also conducted with the intention of obtaining information about the research object (Minayo, 2011).

Palavras-chave

Comunidade Purão, saberes populares, minorias, *O Candeeiro*.

Keywords

Purão community, popular knowledge, minorities, *O Candeeiro*.

Sumário

1. Introdução
2. Busca pela compreensão da possibilidade de fala das minorias
3. Comunicação popular como possibilidade de visibilidade das minorias
4. *O Candeeiro* nos processos de comunicação de agricultores e agricultoras
5. Uma breve contextualização da comunidade Purão
6. Revistando a possibilidade de fala de agricultores e agricultoras
7. Considerações

Contents

1. Introduction
2. Search for understanding the speech possibility of minorities
3. Popular communication as a possibility of visibility of minorities
4. *O Candeeiro* in the communication processes of farmers
5. A brief contextualization of the Purão community
7. Reviewing the possibility of farmers speech
8. Considerations

1. INTRODUÇÃO

O *Candeeiro* é uma proposta de comunicação do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2),² da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)³, que relata as experiências de organizações comunitárias, manifestações sociais, práticas agroecológicas e iniciativas de convivência desenvolvidas por agricultores e agricultoras, com o objetivo de visibilizar as práticas de convivência com o Semiárido⁴, bem como os saberes e sabores do povo, na perspectiva de fortalecer suas ações. Esse boletim é produzido por pessoas contratadas pelo P1+2, que a ASA denomina de comunicadores populares, “uma espécie de ponte entre o seu público interno e externo (agricultor e sociedade)”⁵. Atualmente, são em torno de cinquenta comunicadores contratados pelo programa. No Ceará são oito.

A comunidade Purão fica distante 40 quilômetros da sede do município de Trairi, região litorânea do Ceará, no Brasil. Lá residem em torno de 442 famílias, que vivem da agricultura com a produção de caju, mandioca, milho, feijão, batata doce, melancia, jerimum, entre outras culturas. A partir dessa história analisa-se o *Candeeiro* numa perspectiva de lugar de fala, considerando a discussão de Oliveira (1994); Barbalho (2005, 27-39); Sodrê (2005, 11-14) e Spivak (2010), sobre a possibilidade de fala do subalterno. Dessa perspectiva surgem algumas questões: do propósito de comunicação popular, as minorias podem falar? Se isso é possível, em quais espaços suas falas se materializam?

Para discutir essas questões recorreremos aos pesquisadores apresentados anteriormente, entre outros citados ao longo do texto, bem como às experiências dos atores distintos que vivenciam essas experiências. Baseia-se em pesquisa bibliográfica, que possibilita a compressão das questões le-

vantadas a partir do conhecimento prévio daquilo que já existe sobre o assunto (Gerhardt e Silveira, 2009). Também foram realizadas entrevistas, que segundo (Minayo 2011), partem da intenção de obter informação acerca do objeto de pesquisa.

O objetivo é avaliar até que ponto o boletim *O Candeeiro*, como uma proposta de comunicação popular pode ser considerado um lugar de fala desse público e de que modo pode fortalecer suas ações.

Este trabalho faz parte da pesquisa incipiente de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Ceará (UFC), na linha de pesquisa Mídia e Práticas Socioculturais, que busca analisar a participação de agricultores e agricultoras na produção do *Candeeiro*.

2. BUSCA PELA COMPREENSÃO DA POSSIBILIDADE DE FALA DAS MINORIAS

Na contemporaneidade, a sociedade capitalista gera distintas formas de opressão e exclusão. Nessa lógica, as pessoas que não produzem lucro, na sua maioria os negros, os homossexuais, as mulheres, os indígenas, comunidades tradicionais, entre outros públicos são postos à margem, sendo muitas vezes até extintos. São as minorias, segundo Barbalho (2005, 27-39).

Para estabelecer essa discussão, Sodrê (2005, 11-14) define o termo menoridade como impossibilidade de falar, maioridade seria o contrário. “Em Kant, maioridade é *Mündigkeit*, que implica literalmente a possibilidade de falar. *Münd* significa boca. Menoridade é *Umnüdigkeit*, ou seja, a impossibilidade de falar” (Sodrê, 2005, p.12). Desse modo, o subalterno, discutido neste trabalho como minoria, é um grupo ou sujeito sem direito à fala. Nesse caso, sua condição de menor já o coloca nessa situação.

² O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), da ASA, foi criado em 2007, como uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – Um Milhão de Cisternas Rurais, para fomentar a soberania e segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e a geração de renda, a partir da ideia de convivência com a região semiárida, por meio da implementação de tecnologias sociais de captação de água para produção de alimentos e criação de pequenos animais, bem como estimular a participação de pessoas e grupos distintos para o desenvolvimento rural sustentável do Semiárido brasileiro: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>.

³ A ASA é uma rede formada por cerca de três mil instituições da sociedade civil, consolidada no ano de 1999, a partir de conferência realizada em Recife, no Brasil, que entre outras questões discutiu a necessidade da consolidação de processos para a convivência com o Semiárido, a partir de práticas adaptativas à região. Atua em todo o Semiárido brasileiro, que compreende os nove estados do Nordeste mais o norte de Minas Gerais: <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>.

⁴ A região Semiárida do Brasil ocupa uma área de 982.566 Km² do território nacional. Compreende 1.135 municípios de nove estados do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, abrangendo cerca de 11,84% da população do país. (Dados do Ministério da Integração citados pela ASA Brasil: <http://www.asabrasil.org.br/semiario>

⁵ Macedo, E. (2016). A figura do comunicador popular. Entrevista concedida a Rosa Nascimento. Recife Brasil.

Sodré continua seu diálogo discutindo as minorias como "setores sociais ou frações de classe, comprometidos com as diversas modalidades de luta assumida pela questão social" (Ibídem, p. 14). Ou seja, são grupos excluídos pelo sistema capitalista, que estabelecem, a partir das necessidades pessoais e coletivas, determinado ponto de organização e luta. "[...] uma voz de dissenso em busca de uma abertura contra-hegemônica no círculo fechado das determinações societárias" (Ibídem, p. 14).

Para Paiva (2005), "trata-se de um grupo que difere um pouco do até então tipificado por um movimento contundente, que se assume como força política de oposição ao sistema hegemônico e de certa forma guetificado em um aspecto de luta" (p.17). A partir dessa compreensão, configuram-se como grupos e povos, que postos à margem se utilizam de estratégias para se reerguer. Colocam-se como oposição, inclusive, porque não podem ser situação. Nos espaços pré-estabelecidos pelo sistema opressor não há lugar para determinado grupo.

Barbalho (2005) discute as minorias na perspectiva das lutas pelo seu reconhecimento como direito inerente a todo e qualquer cidadão perante a lei. Sem esses direitos que são considerados básicos esses sujeitos deixam de exercer a sua cidadania para a liberdade, que deveria ser garantida pelo estado. Esse direito, conforme discorre o autor, passa pelo acesso aos meios de comunicação. "Só assim ela pode dar visibilidade e viabilizar uma outra imagem sua que não é feita pela maioria" (Barbalho, 2005, p. 36). Partindo dessa compreensão percebe-se que sua luta é pelo direito à comunicação, essencial ao ser humano.

Para Spivak (2010), o subalterno, ou as minorias, como vem sendo discutido aqui, decorrem das distintas formas de exclusão, geradas pelo modelo social — econômico — capitalista de representações simbólicas, e estão sujeitas a permanecerem nessa situação. A autora traz em sua fala as viúvas da Índia, que no contexto em que vivem são impossibilitadas de falar. O argumento de Spivak sobre a impossibilidade de o subalterno falar parte da ideia de representação ou mediação das falas. Nesse sentido, a autora parece ter certa razão, considerando que nos processos de mediações podem haver alteração ou não da mensagem emitida.

É a partir dessas ideias que é discutida a comunicação nessa pesquisa, como um meio necessário pelo qual pode-se falar. Nessa perspectiva, o presente trabalho não

poderia deixar de fazer uma discussão da comunicação popular, compreendendo que, em meio ao contexto social, esse fazer comunicacional pode ser o mais acessível para que as minorias se estabeleçam.

3. COMUNICAÇÃO POPULAR COMO POSSIBILIDADE DE VISIBILIDADE DAS MINORIAS

Peruzzo (2008) discute a comunicação popular na perspectiva dos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980. Esse fazer comunicacional, segundo a autora, tem suas especificidades próprias. Diferente da comunicação de massa, esse tipo de comunicação nasce das experiências do povo e para o povo, da necessidade de visibilizar suas ações (Oliveira 1994).

Desse modo de comunicação, segundo Cogo (1998), o receptor passa a emitir, atuando como autor, rompendo com o modelo social de invisibilidade das minorias. Nessa lógica de comunicação os invisibilizados pela grade mídia podem atuar.

Para esse público que não pode apresentar-se pela mídia de massa, esse fazer comunicacional pode se consolidar nos acontecimentos locais, como, por exemplo: os encontros comunitários na igreja, na associação, nos círculos bíblicos, na farinhada, no campo de futebol, na feira agroecológica, na partilha da culinária, nos jornais produzidos pela comunidade, inclusive (Peruzzo, 2016). São saberes e sabores populares, que os fortalecem e fortalecem sua luta.

Esse fazer comunicacional, pelo que dialogam as pesquisadoras (Cogo, 1998; Oliveira, 1994; Peruzzo 2016), se apresenta como um meio necessário, pelo qual os movimentos sociais, grupos e comunidades se apropriam para dar voz aos sujeitos distintos, bem como fortalecer suas ações junto aos seus públicos.

Puntel (1994) ressalta este aspecto referindo-se à comunicação nos movimentos populares vinculados à Igreja Católica. A autora parte da ideia de que são dos espaços onde as pessoas se encontram que emergem as experiências de vida, e conseqüentemente as necessidades por visibilizá-las e fortalecê-las. Puntel (1994) estabelece espaços distintos nessa construção, como, por exemplo, a Igreja, a catequese, os leilões, quermesses, as feiras. São ambientes distintos onde acontece um compartilhamento de vida entre as pessoas que vivem em comunidade.

Sendo assim a comunicação popular resultado das experiências do povo, para dar

voz às suas ações e fortalecer suas lutas, Peruzzo (2008) a denomina também de alternativa, um meio pelo qual pode-se falar, e atribui a ela a construção horizontal do conhecimento. Seus impactos dependem da forma e espaço onde se consolida, segundo a autora.

É nessa perspectiva que a rede ASA busca consolidar seus fazeres comunicacionais, partindo da perspectiva de dar visibilidade às ações de convivência com o Semiárido brasileiro, desenvolvidas por comunidades, grupos, agricultores e agricultoras familiares⁶. Para articular os seus públicos interno e externo, inclusive. Comunicação para mobilização social, envolvendo atores distintos. Para “compartilhar sentidos, convocar pessoas” (Brochardt, 2013, p. 7). Se articular em rede.

Em se tratando do boletim *O Candeeiro*, discutido neste trabalho, pelo seu formato e pela sua proposta, configura-se como uma dessas ferramentas alternativas. No entanto, é necessário identificar se esse boletim pode ou não ser considerado como um lugar de fala das minorias, que são os públicos com os quais a ASA trabalha e que na sua maioria é agricultor.

É nesse intuito que o coletivo da ASA se propõe a desenvolver seus processos de comunicação, uma estratégia de participação, construção coletiva do conhecimento e protagonismo de homens e mulheres pela convivência com o Semiárido⁷. São instrumentos de comunicação da ASA *O Candeeiro*, cartilhas, folders, o portal, perfil no twitter, uma Fan Page no Facebook, boletim eletrônico Compartilhando Ideias, programas de rádio, vídeos, spots, entre outros.

4. O CANDEEIRO NOS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS

O Candeeiro é um dos meios de comunicação da ASA que se estabelece como meta na execução do Programa P1+2, e que assim como outros componentes metodológicos do Programa, tem a função de resgatar e fortalecer as ações de convivência com o Semiárido, desenvolvidas pelas famílias agricultoras e comunidades, como esclarece a ASA⁸. É um meio de comunicação em dois

formatos: boletim e banner impressos. Neste artigo discutimos o boletim, que pode ser de uma página ou duas frente e verso. São sistematizações das experiências desse público que não tem voz na mídia convencional e que segundo a ASA, com *O Candeeiro* podem visibilizar suas histórias e contribuir na construção do conhecimento⁹.

Brochardt (2013) avalia *O Candeeiro* como um espaço de comunicação que “gera autoestima nas comunidades e com a “troca de experiências” abre horizontes para quem delas participa: podem viajar, trocar experiências, sair do cotidiano e voltar para ele com novidades a compartilhar com a família e com a comunidade” (p.110). Pelo que menciona a autora, é um fazer comunicacional que cumpre um papel social na perspectiva de dar voz a determinado público e do compartilhamento dos saberes.

A sistematização é feita por pessoas contratadas pela ASA, nos Estados onde o programa é executado. No processo de sistematização o comunicador ou a comunicadora popular visita a família, conhece sua experiência, conversa com ela, em alguns casos pedem que a família escreva sua história, em outros casos, o comunicador ou a comunicadora escreve. Depois de escrita, o comunicador ou a comunicadora volta à comunidade e apresenta o que escreveu para que a família valide ou não. Se ela sugere alteração, o comunicador ou a comunicadora faz as alterações e leva para ser impresso. Depois de pronta é entregue à família, às vezes em eventos comunitários, outras vezes não. O intercâmbio e a feira agroecológica tem sido alguns dos espaços utilizados para apresentação dessas experiências.

O layout do *Candeeiro* é padrão em todos os Estados, o que o diferencia de Estado para Estado é a cor e o nome do Estado, no Ceará é laranja, no entanto, vale ressaltar que não avaliamos neste trabalho o formato, mas o seu impacto enquanto espaço de possibilidade de fala das minorias.

O boletim analisado aqui neste artigo, especificamente tem como título “Renovar água por um Semiárido Vivo – a experiência do reuso da água no Purão”. O início do texto fala da constituição da família, menciona o sistema reuso de água, resgata a história de luta por recursos hídricos e a conquista da cisterna de primeira água, para beber. Poste-

⁶ Ver em http://www.asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=10056.

⁷ Ver em <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>.

⁸ Ver em <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>.

⁹ Ver em <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>.

riormente, discorre sobre a segunda água, para produzir. No verso, retoma a experiência com o reuso de água, como propõe o título.

A estrutura do verso segue a mesma da frente: texto dialogando com as fotos. A ordem cronológica da história retoma o reuso de água e outras experiências desenvolvidas pela família. Outros boletins apresentam outras histórias. Algumas, parecidas com essa, de agricultores que a partir do acesso à água fortaleceram sua ação produtiva e passaram a viver melhor no Semiárido, outras, de grupos ou comunidades que se organizaram e continuam lutando pelo direito à terra, moradia, dentre outros direitos.

Como exemplo, podemos citar o boletim que traz a história de Geralda e Raimundo, contada em rimas. Eles são naturais da região Potiguar, no Rio Grande do Norte, mas depois de casados vieram para o município de Acopiara, na região Centro Sul do Ceará, em busca de vida melhor.

Já o *Candeeiro* que tem como título “Estocar e resistir: a experiência da Casa de Sementes José Faustino de Sousa”, da comunidade Alagoinha, no município de Itapipoca, no Ceará, conta a história de um trabalho coletivo com o armazenamento de sementes como feijão, milho, gergelim, dentre outras variedades, tornando-se a principal experiência coletiva na localidade.

De modo geral, *O Candeeiro* conta histórias de pessoas, grupos ou comunidades que a partir do contexto em que vivem, das organizações e lutas, tentam superar os desafios oriundos de uma região escassa de água e de políticas públicas favoráveis, como tem sido o Semiárido brasileiro.

A linguagem e gênero literário variam muito de região, bem como do próprio contexto onde ela acontece e da experiência compartilhada. Às vezes é escrita em cordel, outras, em rimas simples, e outras ainda por meio de entrevista *ping pong*. É possível encontrar boletins todo escrito em *ping pong*, de forma que a história pode ser contada na íntegra. Nessa construção vale ressaltar a importância da interação do comunicador ou comunicadora entre o agricultor e agricultora ou comunidade. Pela proposta desse fazer comunicacional, o profissional contratado para esse trabalho deve ser uma pessoa que tenha uma vivência com o campo e com esse público que a ASA trabalha. Para a rede de

articulação, deve ser uma pessoa que interaja com as dinâmicas, no sentido de fortalecer as suas ações pela visibilidade, junto aos agricultores, sendo ou não formada em comunicação social¹⁰.

Pela forma como se estabelece, o boletim *O Candeeiro* tem uma função estratégica: fortalecer as ações de convivência com o Semiárido, contrapondo com a ideia de uma região seca, construída pela mídia brasileira ao longo de sua história, bem como de fortalecer os processos organizativos e a luta do povo, que em sua maioria não é visibilizado pela grande mídia. Esse propósito de fortalecer os processos participativos desse público é estabelecido pelo Programa Uma Terra e Duas Águas e pela ASA¹¹. Tem a possibilidade de ser produzido pelos sujeitos distintos. Se isso acontece, o risco de interferência pode ser menor.

O seu público são agricultores e agricultoras e sociedade de modo geral. A distribuição é feita na comunidade, geralmente durante os processos de formação, como oficinas de capacitação em manejo de água, intercâmbios para troca de conhecimentos e em outros eventos que acontecem em âmbito nacional, como o Encontro de Agricultores e Agricultoras Experimentadores e Nacional da ASA, onde reúne pessoas de todo o Semiárido brasileiro e representações de alguns países da América Latina.

Pelo objetivo do *Candeeiro*, de visibilizar e fortalecer as experiências de agricultores e agricultoras, grupos e comunidades, bem como pela forma como se apresenta, de acordo com as sistematizações mencionadas, pode ser considerado um lugar de fala das minorias? Esta questão será aprofundada mais adiante.

5. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE PURÃO

A comunidade Purão se constituiu a partir de quatro famílias: Cesário, Jerônimo, Martins e Moreira. O nome atribui a um senhor chamado Mané Pulão, que chegou à localidade há cerca de cem anos¹².

No início, as famílias trabalhavam colhendo xique-xique, uma cactácea¹³ típica do sertão nordestino. Colhiam para vender aos donos de gado. Também colhiam mu-

¹⁰ Macedo, E. (2016) [comunicador e a comunicadora popular da ASA]. 09/12/2016. Recife, Pernambuco, Brasil.

¹¹ Ver em <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>.

¹² Jerônimo, E. (2016). [Contexto histórico da comunidade Purão]. 16/12/2016. Trairi, Ceará, Brasil.

¹³ Ver em <https://belezadacaatinga.blogspot.com.br/2011/03/xique-xique-pilocereus-gounellei.html>.

cuná e cana de boi (caroço e uma espécie de batata, respectivamente). Posteriormente, começaram a cultivar outras culturas: feijão, milho, mandioca.

A terra pertencia a uma senhora que não vivia na localidade, com o tempo foi vendida por uma imobiliária e a pessoa que a adquiriu queria expulsar as famílias da terra. Desde então travaram uma luta, que se consolidou com a aquisição desse bem, em torno da década de 1970¹⁴. Essa luta teve a participação do Padre Tomás, um Italiano missionário, que também contribuiu para que a localidade se tornasse uma Comunidade Eclesial de Base¹⁵. A Associação de Moradores local e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais também contribuíram na luta.

Atualmente, as pessoas que residem em Purão têm uma forma organizativa pela consolidação dos direitos básicos do cotidiano e da vida digna de modo geral, que compreende desde o respeito e preparo da terra, passando pela produção agroecológica e comercialização solidária até os encontros e partilhas. O *Candeeiro* é discutido pela comunidade como uma ferramenta de comunicação importante para sua visibilização.

Em relação à produção, se fortaleceu com a implementação de tecnologias de captação de água da chuva para produção de alimentos, do Programa P1+2. A partir dessa proposta dez famílias produzem outros tipos de alimentos mesmo no período de estiagem, como couve, tomate, pimentão, berinjela, alface, entre outros produtos. Também criam pequenos animais, que contribuem para alimentação das famílias, de forma que quase todos os produtos agrícolas vêm da própria comunidade.

A comunidade realiza uma feira agroecológica que acontece todo mês, sempre aos terceiros domingos. Toda a produção da feira vem das unidades familiares e é vendida na própria comunidade. Essa feira é um espaço considerado de partilha, onde as famílias se encontram e falam de si, dos seus ideais e de sua vida. Outra atividade que também agrega valores é a farinhada, que reúne a maioria das famílias. É importante ressaltar também que nessa atividade acon-

tece partilha, tanto de saberes como também de sabores. Além de se reunirem para conversar e brincar, no último dia das atividades fazem beiju¹⁶. As famílias que não comparecem recebem goma em casa, de forma que todo mundo participa. Reúnem-se também nos círculos bíblicos, onde refletem a palavra da Bíblia à luz da realidade.

Uma forma de lazer da comunidade é o futebol, que reúne jovens e adultos. Nesse ambiente brincam e fortalecem os laços. Outro espaço bastante visitado pelos jovens é a Casa Digital. Lá eles conversam entre si e podem estabelecer contatos externos, ampliando seus horizontes de conhecimento.

Além dessas atividades locais, as famílias de Purão se deslocam para outras comunidades, onde são convidadas para celebrar. Desse encontro acontece o que Nessa Jerônimo chama de troca de saberes.

Há distintos meios de encontros entre as pessoas da comunidade Purão. Desse fazerem vão ganhando espaço e visibilidade. Nessa perspectiva, o P1+2 é uma política pública que constitui como mecanismo nessas lutas; e *O Candeeiro*, como processo de comunicação para fortalecer suas ações.

6. REVISTANDO A POSSIBILIDADE DE FALA DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS A PARTIR DE SEUS SABERES E DO CANDEEIRO

Germano (2011) denomina de saberes, as capacidades práticas adquiridas da própria história de vida, a essa capacidade, segundo o autor não é necessário capacitações formalizadas. “Um *saber* é aprendido quando, de tal modo a pessoa o assimilou, que não lembra mais que teve de aprendê-lo” (p.39).

A agricultora Nelsa Jerônimo¹⁷ fala de um saber compartilhado nos encontros; nas celebrações comunitárias; nos processos da farinhada; nas feiras agroecológicas, bem como nas visitas a outras comunidades. “A gente troca ideia, porque às vezes na nossa comunidade a gente tem uma ideia e na outra comunidade já é diferente”¹⁸.

Esses compartilhamentos como troca de saberes entre comunidades são considera-

¹⁴ Idem.

¹⁵ Ver em http://comunidade-cebs.blogspot.com.br/p/blog-page_9263.html.

¹⁶ Beiju é uma iguaria tipicamente brasileira, de origem indígena, feita de fécula/goma extraída da mandioca: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral.receitas-de-beiju-de-tapioca.3776>.

¹⁷ Idem

¹⁸ *Ibidem*.

dos importantes e necessários para a disseminação de experiências, para manter viva a luta, o corpo e a alma dessas pessoas, como menciona Peruzzo (2016). Um meio de elevar a estima, segundo Nelsa.

Esse saber apontado pela agricultora não é acumulado de capacitações técnicas, nem copiado, ele nasce de uma vivência, das práticas que emergem da cultura e dialogam com os mesmos apresentados por Germano (2011).

No início desse artigo foi questionado de que modo os agricultores e agricultoras, como minorias, podem falar e em quais espaços suas falas se materializam. Recorremos aos teóricos em busca dessas respostas, bem como aos próprios atores envolvidos nesse processo. A respeito dessa questão, Barbalho (2005) confirma a possibilidade de fala desses públicos a partir de organização e luta como exercício de sua cidadania. “São as minorias (sexuais, religiosas, étnicas etc.) que implodem o cenário social com suas bandeiras político-culturais, exigindo do Estado não só seguro-desemprego, assistência social e serviços públicos, mas também o reconhecimento de suas diferenças [...]” (p.30). Nessa perspectiva, o autor reconhece a possibilidade de fala dessas minorias quando afirma que as bandeiras de lutas são estratégicas para o reconhecimento social de suas diferenças, de suas identidades, para a sua afirmação enquanto pessoa.

Sodré (2005) também dialoga com as ideias de Barbalho (2005). Inicialmente, ele diz que é uma luta constante em contraponto ao sistema de dominação. Posteriormente, o pesquisador pensa as minorias a partir de suas iniciativas, ou reinvenção das formas de luta. Paiva (2005) acrescenta a esse público uma “força política de oposição ao sistema hegemônico” (p.17). Uma forma de organização, pode-se assim dizer, que não aceita e nem pode aceitar o sistema que os exclui.

Esses pesquisadores reconhecem que as lutas do povo são manifestações de força, e, portanto, meios de falas. Essa forma organizativa em si só, pelo que discutem os autores, já legitimam o espaço de fala desse público, tirando-o da subalternidade.

Spivak (2010) parece contraditória a essa forma de pensar o subalterno. Segundo suas discussões, esse não pode falar, porque estão impossibilitados desse ato. E então tece uma crítica aos intelectuais da época. Para a autora, a fala desses públicos mediada pelos inte-

lectuais não se concretiza porque há uma interferência nas representações, e as representações já são um ato de fala.

Nas discussões de Barbalho, Sodré e Paiva (2005) as minorias são os distintos públicos excluídos pela sociedade, pelas suas diferenças. Para Spivak (2010), são a camada baixa deixada à margem pelo sistema capitalista. Para os pesquisadores Barbalho, Sodré e Paiva (2005), esses estabelecem distintas formas organizativas de luta na busca pelo exercício de sua cidadania, como direito básico, que pela lei deveria ser garantido. Para Spivak (2010), os espaços interativos não se concretizam para esses sujeitos, não passa de desejo, nunca se concretizarão.

É na perspectiva desses autores que aprofundamos a discussão do Candeeiro como lugar de possibilidade de fala, bem como das estratégias organizativas da comunidade, considerando os saberes locais, que vão ao encontro com a ideia da comunicação popular, que nasce do povo e para o povo. Para dar voz aos públicos distintos e visibilidade às suas ações, segundo Peruzzo (2008) e Oliveira (1994).

Da discussão de que *O Candeeiro* como ferramenta de comunicação popular tem o propósito de fortalecer as ações de convivência com o Semiárido, a partir da visibilização das práticas adaptativas à região no campo da agricultura familiar, como um “instrumento pedagógico de construção coletiva do conhecimento”, segundo a ASA¹⁹, esse fazer pode ser considerado um lugar de fala das camadas subalternas?

Para essa compreensão, consideramos, em primeira instância as falas de duas agricultoras e um agricultor de Purão a respeito dessa ferramenta. Para isso, as visitas de campo à comunidade, que aconteceram no ano de 2016, uma inclusive durante a feira agroecológica, que acontece na comunidade mensalmente, envolvendo agricultores e agricultoras locais e pessoas de outras localidades, bem como as entrevistas mencionadas foram importantes.

A sistematização da comunidade Purão, especificamente, apresenta a família de Ricardo Jerônimo e resgata a luta pelo acesso à água. Essa história foi contada e sistematizada no início de 2016. Um dos espaços onde teve a primeira divulgação foi no intercâmbio com o Cetra²⁰ e as famílias agri-

¹⁹ Ver em <http://www.asabrazil.org.br/acoef/p1-2>.

²⁰ O Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra), é uma entidade da sociedade civil que integra a rede ASA. Trabalha com agricultores e agricultoras, crianças e jovens as ações de convivência com o Semiárido: <http://www.cetra.org.br/index.php/pt-BR/institucional/historico>

cultoras, na comunidade. De acordo com Fátima, foi distribuído com todas as famílias. Ela leu e ficou sabendo como funciona a experiência com o reuso de água²¹. Destacou que com o informativo as famílias podem divulgar suas ações, tornando-as conhecidas por outras pessoas ou comunidades.

Para um dos atores dessa história, Barbosa²², foi um meio importante para disseminar a ideia do reuso de água como estratégia de convivência com a região semiárida, inclusive entre outras comunidades. Ele reconhece que além de visibilizar essa experiência, o boletim fortaleceu também sua forma organizativa no processo de produção, porque, com a experiência sistematizada ele consegue visualizar melhor aquilo que faz.

Outra avaliação feita foi em relação à história contada. De acordo com o agricultor, o boletim traz quase tudo do que ele gostaria que fosse contado, menos o envolvimento de seu pai no processo de implementação do reuso de água e o falecimento posterior à implementação. Para ele, essa seria uma forma de lembrar do pai. Isso tem grande importância para Ricardo, é como se tornasse viva a memória de uma pessoa que desenvolveu papel importante em sua vida e que partiu desse meio. Seria uma forma de legitimação dos sentimentos, inclusive. Outras questões, certamente surgirão. Por um âmbito, isso fortalece a ideia de Peruzzo (2008), de que esse tipo de comunicação fortalece a história do povo. Em outro, vai ao encontro com ideia de Barbalho (2005), sobre as minorias poderem falar a partir de suas bandeiras de luta. Por outro ainda, dialoga com a ideia de Spivak (2010), que questiona a possibilidade de fala das minorias, por terem suas falas mediadas.

Embora o agricultor tenha participado do processo de sistematização de sua experiência, há uma interferência na construção. Se ele mesmo tivesse escrito, certamente os sentimentos fluídos teriam sido escritos ali, como ele não escreveu, somente depois de impresso foi possível pensar em outras questões.

O pai de Ricardo trabalhou toda a vida na terra, lutando junto à família, inclusive na implementação da tecnologia de reuso de água, no entanto, morreu antes da conclusão da tecnologia. Há várias possibilida-

des de interpretação desse fato, um pode decorrer do sentimento da família em dar visibilidade a uma participação de alguém que foi importante naquela construção, outra, configura-se na possibilidade de fala desse sujeito, que até então era invisibilizado. Essas são questões dúbias, que geram dúvidas e hipóteses.

Assim como Ricardo, Nelsa também avalia a importância desse boletim para o fortalecimento de suas ações. De acordo com a agricultora, antes mesmo de visitar a tecnologia social implementada, já sabia como era, porque leu o boletim. Assim como ela, outras pessoas também puderam acompanhar a experiência por meio do informativo.

Nelsa fala, no entanto, que a distribuição deveria ter sido em todas as casas da localidade, com uma explicação sobre a experiência com o reuso. “Tem que conversar, dizer o que é, o que mudou no quintal, para que outras pessoas queiram fazer nos seus quintais”²³. Ou seja, a distribuição seria uma oportunidade para ampliar a discussão a respeito desse tipo de prática, e, consequentemente da proposta de convivência com o Semiárido. Isso sugere que *O Candeeiro*, que tem como objetivo principal fortalecer as ações de convivência com o Semiárido, deve ser lançado em eventos comunitários, de forma que toda pessoa da comunidade o conheça e possa disseminar sua ideia entre outras comunidades, ou onde quer que estejam.

Pelo que apresentam as discussões levantadas, as ideias de Barbalho, Paiva e Sodrê (2005) se fortalecem. No entanto, essa pesquisa é ainda preliminar para se confirmar a ideia de possibilidade de fala das minorias no *Candeeiro*. Percebe-se que há uma tentativa em visibilizar histórias de vida, de superação, materializar as falas, de forma que fortaleça as estratégias de luta. No entanto, pela forma como acontece o processo de sistematização, isso pode impossibilitar que as falas estejam livres de mediações, podendo ainda serem condicionadas a uma estrutura padronizada, criada do sistema, ao qual discutimos aqui como opressor, como a própria estrutura do *Candeeiro*, embora apresenta uma proposta popular e coletiva.

²¹ Nascimento, M. F. (2016). [O Candeeiro da família de Ricardo]. 04-12-2016. Comunidade Purão, Trairi, Ceará, Brasil.

²² Barbosa, R.J. [sistematização de experiência sobre o reuso de águas cinzas] 04-12-2016. Comunidade Purão, Trairi, Ceará, Brasil.

²³ Idem.

7. CONSIDERAÇÕES

Nas discussões iniciais desse trabalho foi feito um questionamento a respeito da possibilidade de fala das minorias no *Candeeiro*, como mencionado no último subtítulo e tentado aprofundar ao longo do texto. As minorias são entendidas aqui a partir dos estudos de Barbalho, Paiva, Sodré e Spivak como os excluídos da sociedade: negros, homossexuais, indígenas, mulheres, entre outros.

Diante do exposto pelos pesquisadores, discutimos aqui como minorias, os agricultores e agricultoras, ou seja, o público que a sociedade desconhece como detentor de cerca de 70% da alimentação²⁴ que vai para a mesa do cidadão e da cidadã brasileiros.

No contexto histórico da comunidade Purão, apresentado neste trabalho, as pessoas que lá residem utilizam-se de distintas formas de comunicação, como a feira agroecológica, o campo de futebol, a farinhada, entre outros espaços, considerados por Peruzzo (2008) como estratégicos. Suas falas, se ouvidas ou não, são pronunciadas. E dessas experiências vão compartilhando vivências e saberes, e conseqüentemente se fortalecendo.

Desde o início de sua consolidação, com a busca pela conquista da terra levantaram sua bandeira de luta. Desse espaço houve um fortalecimento, podendo ser considerado de força de poder, que resultou no acesso à terra. Outras formas de estabelecimento se deram por meio dos saberes e sabores, que durante todo esse tempo têm sido uma experiência de fortalecimento de suas vidas e que são compartilhados entre si e outras comunidades.

Essa comunidade exerce muitas formas de comunicação, de empoderamento, inclusive. Os encontros semanais para discussão da realização da feira, as celebrações, os encontros esporádicos para desenvolvimen-

to de atividades como raspar mandioca, por exemplo, fortalece suas lutas e os laços familiares, e pode ser considerado como um meio de comunicação eficaz, segundo a ideia de Peruzzo (2016).

Discutimos neste trabalho o boletim *O Candeeiro*, do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), como um fazer comunicacional popular, utilizado para dar visibilidade às ações de convivência com o Semiárido, desenvolvidas pelas famílias agricultoras, grupos e comunidades, em específico, da comunidade Purão.

Pelas discussões dos pesquisadores, bem como dos atores envolvidos em seu processo de construção, essa proposta de comunicação apresenta-se como um lugar de fala das minorias, em parte, cumprindo assim um papel social de transformação.

Contudo, mesmo considerando o *Candeeiro* como uma proposta de comunicação em contraposição ao modelo da mídia de massa, ou uma possibilidade de fala das camadas subalternas, surgem outras questões: e se esse boletim, ou, quem sabe outro fazer comunicacional, como um vídeo ou áudio, por exemplo, fosse construído coletivamente pela própria comunidade, qual seria o seu impacto? E se outros recursos agregassem aos recursos da contratação de comunicadores e comunicadoras, para fortalecer as estratégias comunicacionais, por meio de oficinas de capacitação de atores distintos nas comunidades rurais, nessa perspectiva da comunicação para transformação, qual seria o resultado? Pelos estudos realizados, bem como pelas falas das pessoas entrevistadas e pela experiência dessa comunidade, o resultado dessas dinâmicas mencionadas seria o de cumprimento da função social que tem a comunicação, que é de informar para transformar.

²⁴ Ver em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>.

► Referências Bibliográficas

- ASA (2003). Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Recife.
- Barbalho, A. (2005). Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. En Barbalho, A.; Paiva, R. (Orgs.) *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus. 27-39.
- Brochardt, V. S. (2013). *Comunicação Popular na Construção de Políticas de Acesso à Água no Semiárido: a Experiência da Asa (Dissertação de mestrado)*. Universidade de Brasília — UNB, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/13726>.
- Gerhardt, T. E. G.; Silveiras, D.T. (Org.). (2009) *Métodos de pesquisa*. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da Universidade Aberta do Brasil – UAB/ UFRGS/SEAD – Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Macedo, E. (2016). *A figura do comunicador popular*. Recife. Junho, 2016. Entrevista concedida a Rosa Nascimento.
- Minayo, M. C. S. (Org.) (2011). *Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade*. 30 ed.– Petrópolis, RJ: Vozes.
- Oliveira, C. T. F. (1994). *Direito a palavra: comunicação, cultura e mediações políticas — a experiência das rádios comunitárias* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, CE, Brasil.
- Paiva, R. (2005). Mídia e política de minorias. En Paiva, R.; Barbalho, A. (Orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus. 15-25.
- Peruzzo, C. M. K. (2016). *Comunicação popular e comunitária em práticas de desenvolvimento rural na região de Borborema, PB –Brasil*. *Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo*, 5, 159-170, ISSN e2386-3730.
- Peruzzo, C. M. K. (2008). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. *Palavra clave*, 11(2), 367-379.
- Puntel, J. T. (1994). *A Igreja e a democratização da comunicação*. São Paulo: Paulinas.
- Sodré, M. (2005). Por um conceito de minoria. En Paiva, R.; Barbalho, A. (Orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus. 11-14.
- Spivak, G. (2010). *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.